

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.292 - RJ (2019/0239926-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : F A DE S P
ADVOGADOS : JOSÉ CRESCENCIO DA COSTA JUNIOR - RJ068403
OTAVIO BEZERRA NEVES - RJ059709
AGRAVADO : M M T B P
AGRAVADO : H M T B P
AGRAVADO : P A M T B P
ADVOGADO : MARLENE MARIA TAVARES E OUTRO(S) - RJ060930

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FAMÍLIA. ALIMENTOS. INCIDÊNCIA DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR SOBRE O FGTS DO ALIMENTANTE. CONVERSÃO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL PARA MELHOR ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA.

DECISÃO

F. A. DE S. P. (F) interpôs agravo de instrumento contra decisão que, nos autos da ação de separação consensual ajuizada por sua ex-cônjuge M. M. T. B. P (M), indeferiu o pedido de desbloqueio da verba retida de seu FGTS, até que fosse apurada o percentual cabível aos alimentados.

O Tribunal fluminense, por unanimidade, negou provimento ao agravo de instrumento interposto por F, em acórdão que ficou assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIMENTOS. ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES QUE PREVIA A INCIDÊNCIA DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR SOBRE O FGTS DO ALIMENTANTE. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA POSTERIORMENTE PROPOSTA PELO ALIMENTANTE QUE DETERMINOU A EXCLUSÃO DO FGTS DA BASE DE CÁLCULO DOS ALIMENTOS. DECISÃO QUE REVIU A OBRIGAÇÃO DE PAGAR ALIMENTOS, EXCLUINDO O FGTS, QUE RETROAGE, APENAS, ATÉ A DATA DA CITAÇÃO DOS ALIMENTANDOS NA REFERIDA AÇÃO, NÃO TENDO O CONDÃO DE INVALIDAR TUDO O QUE FOI ACERTADO PREVIAMENTE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 13, §2º, DA LEI DE ALIMENTOS. PARCELAS DESPOSITADAS A TÍTULO DE FGTS ATÉ A DATA DA CITAÇÃO QUE DEVEM COMPOR A BASE DE CÁLCULO DOS ALIMENTOS, TAL COMO PREVIAMENTE ACORDADO ENTRE AS PARTES. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO (e-STJ, fl. 40).

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos por F foram desprovidos (e-STJ, fls. 70/76).

Insatisfeito, F interpôs o recurso especial, com base no art. 105, III, *a*, da CF, alegando ofensa aos arts. 1.022 do NCPC e 512 do CPC/73, atual art. 1.008 do NCPC, por entender que (1) o Tribunal fluminense não apreciou as questões apontadas nos embargos de declaração; e, (2) a verba alimentar deixou de incidir sobre o FGTS, em virtude de sentença proferida nos autos da ação de modificação de cláusula anteriormente proposta, com decisão já transitada em julgado (e-STJ, fls. 91/104).

Contrarrrazões apresentadas (e-STJ, fl. 113/122).

O recurso especial interposto por F não foi admitido. Dessa decisão foi interposto o presente agravo.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 142/149)

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 185/189).

É o relatório.

DECIDO.

Considerando as razões expostas, para melhor examinar a controvérsia suscitada, DETERMINO a CONVERSÃO do presente agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator